

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 00001/2023 Processo Administrativo n.º 00022/2023			Data de Abertura: 19/04/2023 às 10:00 no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/	
Objeto: Contratação de empresa Seguradora para prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil D & O (<i>Directors and Officers</i>) de Diretores e Conselheiros, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da EMGEA, com emissão de apólice à base de reclamações com notificação à EMGEA.				
Registro de preços?	Modo de disputa	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Não	Aberto	Não	Sim	Item
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO				
Requisitos Básicos: - SICAF ou documentos equivalentes; - Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); - Certidão do Portal da Transparência; - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST); e - Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1.			Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica; e - Demais exigências do item 8.11 do Edital.	

Prazo para envio da proposta/documentação	
Até 2 horas após a convocação realizada pelo(a) pregoeiro(a).	
Pedidos de Esclarecimento	Impugnações
Até 14/04/2023 para o endereço cl@emgea.gov.br	Até 14/04/2023 para o endereço cl@emgea.gov.br
Observações Gerais	

Item	Descrição	Exclusiva ME/EPP?	Cota ME/EPP?	Amostra/ Demonstr.?	Decreto 7.174?	Valor Estimado
1	Contratação de empresa Seguradora para prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil D & O (<i>Directors and Officers</i>) de Diretores e Conselheiros, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da EMGEA, com emissão de apólice à base de reclamações com notificação à EMGEA.	Não	Não	Não	Não	Sigiloso (art. 34, Lei 13.303 / 2016)

Pregão Eletrônico nº 00001/2023

(Processo Administrativo n.º 00022/2023)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Empresa Gestora de Ativos S.A. – EMGEA**, mediante Pregoeiro (a), designado (a) pela Portaria nº 00172, de 05 de setembro de 2022, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações subsequentes, nº 03, de 26 de abril de 2018, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 19/04/2023

Horário: 10h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa Seguradora para prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil D & O (*Directors and Officers*) de Diretores e Conselheiros, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da EMGEA, com emissão de apólice à base de reclamações com notificação à EMGEA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Os serviços serão prestados conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

1.3. A licitação será realizada em ITEM.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos, quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o **certificado digital** para acesso ao Sistema.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

3.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016.

3.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

3.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.2.8. Cooperativas em virtude do disposto no parágrafo único do art. 24 do Decreto-lei nº 73/1966.

3.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

3.4.1. Detentor de cargo em comissão que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

3.4.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante;

3.4.3. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

3.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão neste órgão contratante.

3.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.6.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.6.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.6.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.6.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

3.6.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.6.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência e seus anexos.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.4.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.4.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da fatura e haverá glosa, quando do pagamento.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na fatura, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

5.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

5.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- 6.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.27.1. Havendo empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei nº. 13.303, de 2016, assegurando-se a preferência, sucessivamente, **aos bens e serviços conforme os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº. 8.248/1991.**

6.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.29.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.2.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.2.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade.

7.2.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência.

7.2.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.5. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.2.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Será possível tornar público o orçamento estimado por ocasião da fase de negociação, quando o preço da proposta mais vantajosa encontrar-se acima do valor orçado, inclusive para os valores por item.

7.4. Restando os valores ofertados acima no valor estimado e diante de impossibilidade de negociação por parte da licitante, esta terá sua proposta desclassificada.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 56 da Lei nº 13.303, de 2016 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF.

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.3.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.4. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições

exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

8.8. **Habilitação jurídica:**

8.8.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

8.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.9.5. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.9.6. Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.10. Qualificação Econômico-Financeira:

8.10.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.10.1.2. A certidão, referida no subitem 8.10.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

8.10.1.3. A certidão negativa de recuperação judicial e extrajudicial só será exigida nos contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

8.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.10.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

8.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral

(SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **R\$ 56.692,85 (cinquenta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos)**.

8.11. Qualificação Técnica

8.11.1. A licitante classificada deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, comprovando que executou ou executa serviços da mesma natureza ou similares ao objeto da presente licitação, assim compreendido o seguro D&O, com importância segurada de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos riscos nomeados pela EMGEA.

8.11.1.1. Os atestados deverão conter nome, endereço e telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual a EMGEA possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

8.11.1.2. Não serão aceitos atestados de capacidade de técnica que não comprovem a aptidão da licitante para a prestação dos serviços objeto do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

8.11.1.3. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceite mediante a apresentação do contrato.

8.11.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.11.1.5. Para fins de comprovação de capacidade técnica, os atestados deverão conter a descrição detalhada dos serviços realizados que comprove que a licitante possui capacitação técnica para executar os serviços previstos nesta contratação.

8.11.1.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.

8.11.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, caso seja necessário, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual e local em que foram prestados os serviços.

8.11.3. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, devendo o(s) documento(s) conter a razão social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de que a CONTRATADA possa valer-se para manter contato com a(s) atestante(s) - além do nome e assinatura do representante legal da atestante.

8.11.4. A EMGEA poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados

documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.

8.11.5. Registro ou inscrição do Licitante na Superintendência de Seguros Privados/SUSEP.

8.11.6. Certidão ou Declaração, emitida pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, dentro do prazo de validade, informando que a licitante não se encontra sob o regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumpre penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

8.11.7. Comprovação de que a licitante possui Nota Técnica aprovada na SUSEP para operação e comercialização de Seguro de Responsabilidade Civil (*D & O – Directors & Officers*); e

8.11.8. Declaração expedida pela SUSEP, dentro do prazo de validade, de que o licitante está em dia com sua reserva técnica e de sinistros.

8.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Apresentar o valor unitário e total dos serviços a serem prestados, devidamente ajustada ao lance vencedor.

9.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS

10.1. O (a) Pregoeiro (a) declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao (à) Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.1.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será permitida a subcontratação.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no Termo de Referência.

14.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

14.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5.1. O(s) representante(s) legal(is) pela formalização do contrato deverão possuir Certificação Digital que viabilize a assinatura do contrato eletronicamente.

14.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

18. DO PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos serão realizados conforme demanda, após a conclusão dos serviços solicitados na Ordem de Serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

18.2. A EMGEA efetuará o pagamento dos serviços efetivamente prestados nas Ordens de Serviço devidamente concluídas, até o 8º dia útil após o ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato, de acordo com as condições e preços ajustados, acompanhada da documentação complementar necessária, do Termo de Encerramento assinado entre as partes, além das prévias medidas de avaliação da qualidade e da adequação dos serviços prestados, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa da RFB nº 1.540, de 06 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial de 06, de janeiro de 2015.

18.3. No caso de eventual atraso de pagamento e, mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

AF = $[(1 + \text{IPCA} / 100)N/30 - 1] \times \text{VP}$, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

18.4. Para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS deverá ser observada a legislação vigente do local de prestação do serviço.

18.5. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, em conta bancária indicada na Nota Fiscal/Fatura, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

18.6. Para atendimento do Ajuste SINIEF n.º 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10 (Cláusula Décima), é necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a partir de 1º de novembro de 2012, a CONTRATADA envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: gesup@emgea.gov.br.

18.7. Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF nº 07/07 com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF 08/10 (cláusula décima), por ocasião da assinatura do Contrato deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à EMGEA informando essa condição.

18.8. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

18.9. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, recontando-se o prazo para pagamento.

18.10. Nenhum pagamento será realizado pela EMGEA sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da CONTRATADA.

18.11. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a EMGEA deverá advertir, por escrito, a CONTRATADA para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

18.11.1. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da EMGEA.

18.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na EMGEA e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.13. A EMGEA reserva o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Instrumento.

18.14. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a devida declaração, de acordo com a SRF nº 1.540, de 05 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial de 06, de janeiro de 2015, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMGEA a Contratada que:

19.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. Cometer fraude fiscal;

19.1.6. Não mantiver a proposta.

19.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a EMGEA poderá aplicar ao Contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

19.2.2. Multa moratória

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em corrigir o serviço rejeitado.

19.2.3. Multa compensatória

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

19.2.4. Multa de até 5 % (cinco por cento) do valor da proposta apresentada pelo licitante, se convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato;

19.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento a ser creditado na conta da EMGEA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente;

19.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMGEA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

19.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

19.4.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

19.4.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

19.4.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

19.4.7. Não mantiver a proposta;

19.4.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.4.9. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº. 12.846/2013.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da EMGEA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

19.6. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMGEA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.8. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida

correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à EMGEA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final.

19.9. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada.

19.10. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento - GDR, que será creditado na conta da EMGEA e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

19.11. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à EMGEA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

19.12. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada somente de forma eletrônica, pelo e-mail cl@emgea.gov.br.

20.3. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Segundo o disposto no Decreto nº 10.892, de 13.12.2021, que aprovou o Programa de Dispendios Globais da EMGEA para o exercício de 2023, classificada na Conta Contábil: 451.05.05 – Despesa Administração Geral - Seguros, Item Orçamentário nº 1148 – Despesas Gerais – Seguro de Dirigentes e Rubrica Orçamentária nº 2.299.000.000 – Demais Despesas Correntes, Centro de Resultado: 03.02.01 – Institucional.:

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

22.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.emgea.gov.br, no mesmo período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.2.1. Anexo I – Termo de Referência;

22.2.1. Anexo II – Minuta do Termo de Contrato;

Brasília, na data de sua assinatura eletrônica.

MARIA BETANIA GONCALVES XAVIER
Diretora de Administração

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa Seguradora para prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil D & O (*Directors and Officers*) de Diretores e Conselheiros, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da EMGEA, com emissão de apólice à base de reclamações com notificação à EMGEA, conforme disposto na Circular SUSEP nº 637, de 27 de julho de 2021.

1.2. No seguro de Responsabilidade Civil D & O de Diretores e Conselheiros a ser contratado pela EMGEA, a sociedade seguradora garante aos segurados, quando responsabilizados por danos causados a terceiros, em consequência de atos ilícitos culposos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das indenizações que forem obrigados a pagar, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da sociedade seguradora, observadas as exclusões e limitações previstas na Apólice, suas Condições Gerais e eventuais Endossos ou Aditivos.

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
1	Contratação de empresa Seguradora para prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil D & O (<i>Directors and Officers</i>) de Diretores e Conselheiros, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da EMGEA, com emissão de apólice à base de reclamações com notificação à EMGEA	Apólice	1

1.3. A composição do preço do valor anual a ser contratado deverá ter como base o Limite Máximo de Garantia (LMG) que é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O seguro D&O (*Directors and Officers Liability Insurance*) é uma modalidade de seguro de responsabilidade civil que visa salvaguardar as pessoas físicas que ocupam cargos com poder de gestão, quando questionados administrativa ou judicialmente, por decisões que causaram danos involuntários a terceiros, incluindo a administração pública. Em resumo, é uma proteção para os administradores em processos movidos contra eles decorrentes de atos regulares de sua gestão.

2.2. No ambiente de negócios, exigências legais ampliadas e demasiada rapidez no processo decisório aos quais os administradores estão submetidos, amplia a

possibilidade de esses profissionais responderem com seu patrimônio pessoal por atos praticados no exercício regular de suas atividades.

2.3. O seguro D&O é uma prática de mercado com participação de várias empresas estatais que se sujeitam ao mesmo tempo as regras do Direito Civil e Administrativo.

2.4. Conforme disposto no art. 17, § 1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, *“o estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias poderá dispor sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores”*. Da mesma forma, o artigo 43 do Decreto nº. 8.945/2016 estabelece que *“o estatuto da empresa estatal poderá dispor sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores”*.

2.5. A EMGEA, em seu Estatuto Social aprovado pela Ata da 16ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19.04.2022, prevê, no artigo 65, que *“poderá manter, na forma e na extensão definidas pelo Conselho de Administração, contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores e Conselheiros Fiscais para cobertura das despesas processuais e dos honorários advocatícios de processos administrativos ou judiciais contra eles instaurados e relativos às suas atribuições junto à Empresa”*.

2.6. A contratação será realizada nos termos da Circular SUSEP nº 637, de 27 de julho de 2021, que revogou a Circular SUPEP nº. 553/2017 e dispõe sobre os seguros do grupo responsabilidades, dentre eles de administradores e diretores (RC D&O).

2.7. Entende-se que a contratação desse seguro na EMGEA se justifica para cobrir eventuais reparações e gastos imprevistos com processos administrativos e judiciais em função das decisões que os administradores e gestores tomaram na gestão da empresa, protegendo-a de situações desfavoráveis em relação ao mercado.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

3.1. O presente instrumento foi elaborado de acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMGEA (LG.NOR.008.04), vigente desde 18.05.2022, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e demais legislações e normas pertinentes.

3.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta.

3.3. Os serviços descritos neste Termo de Referência enquadram-se na classificação de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 10.024/2019.

3.4. Os serviços descritos neste Termo de Referência também são classificados como: (a) continuados, devido à especificidade do serviço e seu período predeterminado; e (b) sem mão de obra exclusiva, por não haver alocação contínua de serviços da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE.

3.5. A LICITAÇÃO NÃO SERÁ EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, uma vez que só será permitida a participação de seguradora com registro junto a SUSEP, no ramo de seguro de Responsabilidade Civil, o que é vedado para as microempresas conforme art. 24 do Decreto-Lei nº 73/1966 e inciso VII do § 4º do art. 3º da LC nº 123/2006.

4. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E DE COOPERATIVAS

4.1. Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Portal de Compras governamentais, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

4.2. Para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio.

4.3. Não será permitida a participação de Cooperativas em virtude do disposto no parágrafo único do art. 24 do Decreto-lei nº 73/1966.

5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DO DETALHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O regime de contratação será por execução indireta.

5.2. No valor do prêmio deverão estar incluídos os eventuais custos para emissão da apólice, imposto sobre operações financeiras (IOF) e outros custos pertinentes e inerentes ao objeto desta licitação.

5.3. A cobertura da apólice será isenta de qualquer franquia.

5.4. O âmbito da cobertura contratada será nacional.

5.5. A importância Segurada representa o Limite Máximo de Garantia pagável por conta dos riscos cobertos, de acordo com as Condições Gerais e Especiais da apólice.

5.5.1. A importância segurada e que representa o Limite Máximo de Garantia (LMG) pela Seguradora é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

5.5.2. O prazo para pagamento das indenizações é de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da última documentação relativa ao processo competente.

5.6. O seguro cobrirá indenizações aos 7 (sete) membros do Conselho de Administração e aos 5 (cinco) membros da Diretoria Executiva da Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA, referentes a condenações judiciais, transitadas em julgado e nas hipóteses de cumprimento provisório de sentença, tutela de urgência ou liminares diversas, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, fundadas em responsabilidade civil e/ou criminal convertida em responsabilidade, multa, compensação ou indenização por atos de gestão, praticados pelos respectivos segurados, desde que não importem em ato doloso. Ficam cobertos, também, pelo presente seguro as eventuais indenizações por danos materiais e morais, multas e/ou compensações decorrentes de

responsabilidade trabalhista, civil, criminal e administrativa impostas aos segurados quando no exercício de suas funções na EMGEA.

5.6.1. Será ilimitada a data da retroatividade somente para atos e reclamações desconhecidos e anteriores à contratação da apólice.

5.7. O seguro cobrirá também os acordos extrajudiciais homologados pela justiça, desde que a seguradora tenha tido conhecimento e participado do processo.

5.8. O seguro será contratado pela EMGEA em benefício de pessoas físicas (Conselheiros do Conselho de Administração, bem como membros da Diretoria Executiva), a fim de garantir o pagamento dos Prejuízos Financeiros decorrentes de Reclamações cobertas, efetuadas por Terceiros, em face dos Segurados, em virtude de Atos Danosos, pelos quais se busque a responsabilização destes Segurados.

5.9. Fica entendido que a Apólice é à Base de Reclamação (*Claims made basis*) com Notificação.

5.10. Em vez de reembolsar o Segurado, a Seguradora poderá oferecer a possibilidade de pagamento direto aos Terceiros prejudicados ou reembolsar o Tomador, caso este tenha adiantado, para o Segurado, total ou parcialmente, quantias correspondentes às Indenizações cobertas por este seguro.

5.11. A garantia relativa ao seguro está condicionada a que tenham sido atendidas as disposições da Apólice, em particular aquelas que regulam as Apólices à Base de Reclamações, bem como as datas de ocorrência dos danos e as datas de apresentação das Reclamações. São condições necessárias para que o Segurado possa pleitear a garantia, sem prejuízo das demais disposições da Apólice, que:

5.11.1. O Terceiro apresente Reclamação ao Segurado durante o Período de Vigência do Seguro ou Extensão do Período de Apresentação de Reclamação, quando aplicável; e

5.11.2. As Reclamações sejam decorrentes de Atos Danosos ocorridos durante o Período de Vigência do Seguro ou Período de Retroatividade.

5.12. O seguro abrange os Custos de Defesa e os honorários dos advogados dos Segurados para a defesa em juízo cível, trabalhista, penal e/ou em processo administrativo ou arbitral, sendo que os Segurados podem escolher livremente seus respectivos advogados. Quando da concessão da garantia aos Custos de Defesa, deve haver menção expressa no instrumento de formalização desse adiantamento ao direito de regresso da Seguradora nos casos em que os danos causados a Terceiros decorram de atos ilícitos dolosos, ou em que o Segurado reconheça sua responsabilidade. Nesse sentido, todos os pagamentos dos Custos de Defesa realizados pela Seguradora para quaisquer Segurados serão reembolsados à Seguradora pela(s) pessoa(s) física(s) que deles se beneficiaram, de forma solidária com o Tomador, caso se identifique que tais Segurados não têm direito à Indenização de tais Prejuízos Financeiros.

5.13. O seguro abrangerá cobertura de multas e penalidades cíveis, criminais, administrativas e trabalhistas, impostas aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, quando no exercício de suas funções, na EMGEA, indenizações diversas (materiais e morais, dentre outras), inclusive dano moral coletivo.

5.14. O seguro não cobre os danos causados a Terceiros, aos quais a EMGEA tenha sido responsabilizada, em consequência de atos ilícitos dolosos praticados pelos Segurados que exerça, e/ou tenha exercido, cargos de Conselheiro do Conselho de Administração ou Diretor Executivo.

6. DAS COBERTURAS MÍNIMAS EXIGIDAS E DA IMPORTÂNCIA MÍNIMA SEGURADA

6.1. As coberturas estabelecidas deverão ser concedidas até o Limite Máximo de Garantia da apólice, exceto nos casos especificados.

6.2. Cobertura para o Segurado (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG – Limite Máximo de Garantia])

6.2.1. A Seguradora pagará em nome do segurado os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice resultantes de Reclamação apresentada contra o Segurado, pelos quais não seja indenizado pelo tomador ou suas Subsidiárias.

6.3. Cobertura para o Tomador (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

6.3.1. A Seguradora pagará em nome ou reembolsará o Tomador ou suas Subsidiárias os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice resultantes de Reclamação apresentada contra o Segurado que o Tomador ou suas Subsidiárias tiver suportado ou tiver de suportar em benefício do Segurado, desde que tal ônus não seja objeto de vedação legal.

6.4. Extensão de Cobertura para Cônjuge ou Companheiro em União Estável e Herdeiros (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

6.4.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice resultantes de Reclamações feita contra o cônjuge, companheiro(a) em união estável do segurado, espólio e herdeiros do segurado decorrente de Ato Danoso do Segurado que atinja tais pessoas unicamente em decorrência de sua condição perante o Segurado.

6.5. Extensão de cobertura para Despesas Emergenciais (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

6.5.1. O Tomador e o Segurado poderão incorrer em Despesas Emergenciais se razoavelmente necessárias para impedir ou minimizar que o Segurado e/ou o Tomador envie uma Notificação escrita obedecendo ao prazo máximo de 10 dias após tais despesas tenham sido efetuadas. As despesas emergenciais relativas a Outros Prejuízos não serão reembolsáveis.

6.6. Extensão de Cobertura para Reclamações por Prática Trabalhista Indevida (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

6.6.1. A Seguradora pagará ao segurado pelos Prejuízos Seguráveis decorrentes de Reclamações por Prática Trabalhista Indevida.

6.7. Extensão de Cobertura para Gerenciamento de Crises (Despesas de Publicidade) (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

6.7.1. A Seguradora mediante prévia autorização por escrito pagará custos de publicidade necessários para resguardar a reputação do Segurado ou Tomador, quando houver prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer Segurado causado pela veiculação de alguma notícia, reportagem ou vazamento de informação sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados a Atos Danosos e a posição do Segurado como Administrador.

6.8. Extensão de Cobertura para Inclusão Automática de Novas Subsidiárias (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

6.8.1. Os Diretores/Conselheiros de qualquer nova Subsidiária criada ou incorporada pelo Tomador durante o Período de Vigência da Apólice quanto reclamações por Atos Danosos que ocorreram após a data em que a subsidiária passou a ser controlada pelo Tomador. Para tanto, o Tomador deverá fornecer à Seguradora, no prazo de até 60 (sessenta) dias após criação ou incorporação da nova subsidiária, detalhes suficientes para permitir que a Seguradora possa determinar e avaliar o aumento potencial de exposição ao risco. Não haverá cobertura automática para novas Subsidiárias se o valor total dos ativos superar em 30% o total consolidado de ativos do tomador anteriormente à criação ou incorporação da nova Subsidiária. Neste caso, a Seguradora, a seu próprio critério e mediante cobrança de Prêmio adicional, poderá conceder cobertura para estas novas Subsidiárias através de emissão de endosso ou Aditivo específico.

6.9. Extensão de Cobertura para Advogado Empregado (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

6.9.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis decorrentes de reclamações movidas por Terceiros contra Advogados Empregados do Tomador e de suas Subsidiárias em virtude de responsabilidade pelos atos praticados pelos Advogados Empregados em nome do Tomador e de suas Subsidiárias, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão, e desde que fique comprovado o vínculo trabalhista dos Advogados Empregados com o Tomador ou suas Subsidiárias.

6.10. Extensão de Cobertura para Indisponibilidade de Bens e Penhora “online” (I.S. R\$ 2.000.000,00 [LMI – Limite Máximo de Indenização])

6.10.1. A Seguradora pagará os Danos sofridos pelos Segurados em virtude de medida judicial ou extrajudicial contra estes que determine a indisponibilidade de seus bens pessoais, no todo ou em parte. Serão consideradas como medidas de bloqueio ou indisponibilidade de bens as seguintes ocorrências: a) determinação de penhora “online” ou bloqueio de contas bancárias dos Segurados determinadas por ordem ou despacho judicial, somente após 30 (trinta) dias contados do início da constrição determinação de indisponibilidade de bens total ou parcial, judicial ou extrajudicial, para fins de investigação civil, seja na fase administrativa ou judicial, assim que tal medida for determinada; b) verificadas uma ou mais hipóteses que confirmam ao segurado o direito a esta extensão de Cobertura, a Seguradora fará o pagamento diretamente ao Segurado ou ao Terceiro por ele expressamente designado, em parcelas mensais e sucessivas, limitadas ao valor estipulado do respectivo LMI. O pagamento será interrompido tão logo cesse a medida que determinou o bloqueio de bens, ou, alternativamente, pela extinção, conclusão ou julgamento do processo em questão, quando houver. A Seguradora ficará igualmente desobrigada com relação a qualquer pagamento quando os pagamentos efetuados excederem o LMI desta extensão de cobertura. Todos os Segurados compartilham igualmente do LMI destinado a esta extensão de cobertura. O esgotamento deste LMI provocado por um Segurado tornará a Cobertura indisponível aos demais Segurados. O critério da Seguradora para divisão do referido limite será o da ordem de apresentação das Notificações à Seguradora. Caso sejam apresentadas Notificações simultâneas, que em seu conjunto excedam ou possam exceder o LMI referido, o critério de distribuição será o da proporcionalidade. A Seguradora deverá ser ressarcida pelo Segurado dos valores

adiantados pela Seguradora relativos às quantias bloqueadas nas contas bancárias do Segurado, tão logo seja efetuado o desbloqueio de tais contas bancárias do Segurado por ordem ou determinação judicial.

6.11. Extensão de Cobertura para Danos Punitivos e/ou Danos Exemplares (I.S. R\$ 1.500.000,00 [LMI])

6.11.1. Esta Apólice garante os Danos que se caracterizem como danos punitivos (*punitive damages*) e/ou danos exemplares (*exemplary damages*) sofridos pelos Segurados, em virtude de sentença judicial. Não são cobertos os danos punitivos e/ou danos exemplares com base em legislação brasileira, mas somente quando aplicável legislação estrangeira com regra para regular a existência e valoração de tais danos.

6.12. Extensão da Cobertura para Desconsideração da Personalidade Jurídica (legislação consumerista) (I.S. R\$ 20.000,000 [LMG])

6.12.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice decorrentes de Reclamação movida contra os Diretores/Conselheiros em consequência da responsabilidade civil decorrente de a) má-prestação de serviços a Terceiros ou b) produtos defeituosos ou com vícios, desde que a Reclamação for feita com base na legislação consumerista contra o Segurado em função, exclusivamente, da desconsideração da personalidade jurídica do Tomador e desde que não fique comprovada qualquer espécie de conduta dolosa do Segurado.

6.13. Extensão de Cobertura para Responsabilidade por Danos Corporais (I.S. R\$ 20.000,000 [LMG])

6.13.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice decorrentes de Reclamação movida contra os Diretores/Conselheiros, desde que tais indivíduos (individual ou coletivamente) sejam nomeados como parte passiva em um processo judicial ou extrajudicial, com o objetivo de responsabilizá-los de forma solidária ou subsidiária na condição de Diretor/Conselheiro, por Danos Corporais causados a Empregados ou a Terceiros em decorrências das atividades empresariais desempenhadas pelo Tomador. Esta Extensão de cobertura somente será válida se aplicada a Reclamações movidas, apresentadas e mantidas no território da República Federativa do Brasil. E desde que o objeto social do Tomador não se relacionar direta ou indiretamente com serviços de saúde, hospitalares, ou prestação de serviços médicos de qualquer modalidade indústrias relacionadas à produção ou comercialização de produtos radioativos.

6.14. Extensão de Cobertura para Despesas de Publicidade (I.S. R\$ 20.000,00 [LMG])

6.14.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice decorrentes de despesas de publicidade quando houver comprovado prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer Segurado sob esta Apólice causada pela veiculação de Reclamação através de notícia, reportagem ou vazamento de informações sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados à posição do Segurado como Diretor ou Conselheiro da Sociedade Tomadora do Seguro. Desta forma, haverá cobertura para o custo de contratação de empresa especializada em serviços de comunicação e assessoria de imagem mediante prévia autorização da Seguradora.

6.15. Extensão de Corrupção

6.15.1. A Seguradora não será responsável por quaisquer perdas relacionadas, direta ou indiretamente de reclamações referente e/ou relacionada a alegação de: pagamentos e/ou recebimento de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em

benefício de qualquer agente, representante ou empregado de Órgão Governamental, de empresas pública/capital misto não se limitando a processos licitatórios ou contratos públicos.

7. DA APÓLICE COM BASE EM RECLAMAÇÃO COM NOTIFICAÇÃO E RETROATIVIDADE

7.1. Define-se como sendo aquela que tem como objeto do seguro o pagamento e/ou o reembolso das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros pelo Segurado, a título de reparação de danos de ordem material ou moral, estipuladas por Tribunal, Juízo ou órgão administrativo competente por acordo aprovado pela sociedade Seguradora, desde que: os danos tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade e o terceiro apresente a reclamação ao segurado, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Durante a vigência da Apólice.

7.1.2. Durante o Prazo Complementar, quando aplicável.

7.1.3. Em período posterior, desde que a reclamação seja desconhecida pelo Segurado em período de vigência da Apólice.

8. DOS PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÕES

8.1. Prazo Complementar de 36 (trinta e seis) meses sem prêmio adicional conforme definido pela legislação em vigor.

8.2. Prazo Suplementar: período adicional ao prazo complementar, de 24 (vinte e quatro) meses, para apresentação de reclamações contra os Segurados por atos cometidos por estes desde a data de retroatividade de cobertura até o final de vigência da apólice. (12 meses: 75% do prêmio líquido. 24 meses: 100% do prêmio) líquido.

9. DAS ALTERAÇÕES NO RISCO DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA

9.1. No caso de ocorrer qualquer "Operação" que implique alteração no risco durante o período de vigência da Apólice, as garantias previstas devem se limitar às Reclamações decorrentes de atos e omissões do Segurado ocorridos antes da alteração, sendo o prêmio pago devolvido proporcionalmente, observada a data de alteração do risco.

9.1.1. Entende-se por "Operação" a ocorrência de: (i) fusão, cisão ou incorporação do Tomador; (ii) alienação ou transferência da totalidade ou de parte substancial (maior que 30%) dos ativos do Tomador; ou (iii) insolvência, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou procedimento similar do Tomador.

9.2. Não se incluem nas hipóteses acima aquelas decorrentes das operações provenientes do Programa Nacional de Desestatização – PND, no qual a EMGEA encontra-se inserida, conforme Decreto nº. 10.008, de 05.09.2019.

10. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Todas as informações que tratam da constituição, alteração e estrutura da EMGEA, bem como suas demonstrações financeiras estão publicadas no seu portal no endereço www.emgea.gov.br.

10.2. Para subsidiar a avaliação do risco, o licitante deverá consultar as informações colacionadas no Questionário que segue anexo a este Termo de Referência (Anexo I).

10.3. A EMGEA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto 10.008, de 05.09.2019. Em 24 de junho de 2022, foi editada a Resolução CPPI nº 242, que definiu as modalidades alienação e dissolução para a desestatização da EMGEA, além revogar a Resolução CPPI nº 200, de 25 de agosto de 2021. Ademais, foi editado o Decreto nº. 11.110/2022, de 29.06.2022, que estabelece o marco temporal para o início da contagem do prazo de dissolução da empresa e revoga o Decreto nº. 10.863/2021.

11. DAS CONDIÇÕES DE COSSEGURO

11.1. Não será permitida a distribuição de cosseguro para outra(s) seguradora(s).

12. DA REGULAÇÃO DO SINISTRO

12.1. A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos necessários e pertinentes à Regulação de Sinistro, para o pagamento da Indenização devida, no caso de um Sinistro coberto nos termos da Apólice contratada. A contagem do prazo para Indenização será suspensa, caso os documentos apresentados sejam insuficientes e em caso de dúvida fundada e justificável. O prazo voltará a correr a partir do primeiro dia útil após a entrega dos documentos complementares exigidos.

12.2. No caso do não pagamento da Indenização no prazo previsto, o valor deste deverá ser atualizado monetariamente de acordo com o item 20 deste Termo, pela variação positiva do índice adotado, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data de entrega de todos os documentos necessários para a Regulação de Sinistro até a data da sua liquidação.

12.3. O valor da Indenização a que o Segurado terá direito, com base nas condições desta Apólice, não poderá ultrapassar o valor do interesse segurado no momento do Sinistro, independentemente de qualquer disposição constante desta Apólice, e será pago em moeda nacional, exceto quando a legislação permitir pagamento de Indenização em outra moeda.

12.4. A Seguradora deverá realizar a identificação dos Segurados e do Tomador, registrar tais informações cadastrais e obter cópia de documentação suporte mínima, quando da contratação da Apólice e no pagamento dos Sinistros. A saber:

Pessoas Físicas:

- (a) nome completo;
- (b) número único de identificação, com a seguinte ordem de preferência: número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), número de identificação, válido em todo o território nacional, nesse caso acompanhado da natureza do documento, órgão expedidor e data da expedição, ou número do Passaporte, com a identificação do País de expedição;
- (c) endereço completo (logradouro, bairro, código de endereçamento postal – CEP, cidade, unidade da federação); e
- (d) número de telefone e código de discagem direta à distância – DDD, se houver.

Pessoas Jurídicas:

- (a) denominação ou razão social;
- (b) atividade principal desenvolvida;
- (c) o número de identificação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Empresa Estrangeira/BACEN (CADEMP) para empresas “offshore”, excetuadas as universalidades de direitos que, por disposição legal, sejam dispensadas de registro no CNPJ e no CADEMP;
- (d) endereço completo (logradouro, bairro, código de endereçamento postal – CEP, cidade, unidade da federação), número de telefone e código de discagem direta à distância - DDD; e
- (e) qualificação do procurador ou dos Diretores ou Administradores, quando não representada diretamente pelo proprietário ou sócio controlador.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

13.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome do licitante, comprovando que executou ou executa serviços da mesma natureza ou similares ao objeto da presente licitação, assim compreendido o seguro D&O, com importância assegurada de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos riscos nomeados pela EMGEA;

13.1.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.1.1.2. No atestado de capacidade técnica deverá constar claramente que foi fornecido para a licitante, com CNPJ, razão social e endereço.

13.1.2. Registro ou inscrição do Licitante na Superintendência de Seguros Privados/SUSEP;

13.1.3. Certidão ou Declaração, emitida pela Superintendência de Seguros Privados–SUSEP, dentro do prazo de validade, informando que a licitante não se encontra sob o regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumpre penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

13.1.4. Comprovação de que a licitante possui Nota Técnica aprovada na SUSEP para operação e comercialização de Seguro de Responsabilidade Civil (*D & O – Directors & Officers*); e

13.1.5. Declaração expedida pela SUSEP, dentro do prazo de validade, de que o licitante está em dia com sua reserva técnica e de sinistros.

13.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

13.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.4. O(s) documento(s) apresentado(s) deverá(ão) conter nome, endereço, telefone para contato, ou qualquer outro meio que permita à EMGEA identificar o(s) emitente(s) e possibilitar contato para validação.

13.5. Não serão aceitos atestados de empresas que pertençam ao mesmo grupo empresarial.

14. DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PROPOSTA

14.1. A proposta a ser apresentada pelo licitante deverá ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência.

14.2. A Proposta Comercial a ser apresentada deverá conter no mínimo as seguintes informações:

14.2.1. Carta Proposta com o Valor Global expresso em reais, pelo qual a licitante se obriga a prestar os serviços nos termos do Edital de licitação, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo Contrato;

14.2.2. Planilha de Preços adequada a seu último lance com os preços, unitários e totais, expressa em reais (R\$), corretamente preenchida, conforme modelo apresentado no Termo de Referência.

14.2.3. Conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, com identificação do responsável pela elaboração da proposta;

14.2.4. Deverá indicar prazo de validade da Proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;

Indicar o responsável pela assinatura do Contrato, informando nº do CPF, RG e endereço, no mínimo e anexando documentos que comprove poderes para tal;

14.2.5. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3. Na apresentação da proposta, a licitante deverá encaminhar minuta de apólice e demais documentos que a acompanhe para fins de análise jurídica por parte da EMGEA no intuito de certificar que as condições estabelecidas neste Termo de Referência foram observadas.

14.4. A formalização da contratação ocorrerá através da emissão da apólice pelo licitante vencedor, bem como pela assinatura do Contrato.

14.5. A Contratante efetuará a publicação resumida do instrumento de contrato (apólice) e de seus aditamentos na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

15. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

15.1. A contratação será pelo regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço.

15.2. A contratação do seguro será feita diretamente com a seguradora vencedora da licitação, sem participação de corretor ou empresa corretora de seguros, que também não poderão figurar como procuradores ou representantes das seguradoras. A proposta de preço não deverá incluir despesa de corretagem.

16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. O prazo de vigência do Contrato será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, podendo ser rescindido antes do término da vigência, em virtude da EMGEA ter sido incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND.

16.2. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços após a assinatura do Contrato.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado especialmente designado pela Contratante;

17.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela Contratada após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido “atesto” do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;

17.3. Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 17.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, em conformidade com as boas práticas de gestão e capacidade, disponibilidade e continuidade;
- 17.5. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção, quando for o caso;
- 17.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à locação e à prestação dos serviços;
- 17.7. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;
- 17.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;
- 17.9. Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da Contratada, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em especial os relativos à disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros;
- 17.10. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;
- 17.11. No caso de rejeição do serviço, a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada, que terá um prazo de até 24 horas após a comunicação, para sanar as pendências;
- 17.12. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 17.13. Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro que a CONTRATADA julgar necessárias.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1. Emitir a Apólice Mestra contendo todas as cláusulas e condições do seguro nos termos do edital de licitação e seus anexos, no prazo de 5 (dias) dias úteis, contados da adjudicação;
- 18.2. Cumprir as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, leis e demais normativos correlatos;
- 18.3. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas neste Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;
- 18.4. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos;
- 18.5. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;
- 18.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se

verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

18.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a EMGEA autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

18.9. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;

18.10. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;

18.11. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados e dos veículos que adentrarão à EMGEA para a execução do serviço, apresentando os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, mantendo as informações atualizadas inclusive;

18.12. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Contratante;

18.13. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

18.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando a situação exigir;

18.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;

18.16. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

18.17. Comunicar à fiscalização da Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

18.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

18.19. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

- 18.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 18.21. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- 18.22. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações;
- 18.23. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
- 18.24. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da EMGEA durante a vigência deste contrato;
- 18.25. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;
- 18.26. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual;
- 18.27. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento;
- 18.28. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca da prestação de serviços à Contratante, a não ser que haja prévia e expressa autorização desta;
- 18.29. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões propostas pela EMGEA até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor contratado, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei nº. 13.303/2016;
- 18.30. Manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos a que tiver acesso, bem como sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, não podendo usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SIGILO E RESPONSABILIDADE

- 19.1. A CONTRATADA garante que:
- 19.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- 19.1.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando os dados, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- 19.1.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, a CONTRATADA se responsabiliza pela obtenção do consentimento dos titulares, além da manutenção dos registros de cada consentimento coletado. Os dados só podem ser utilizados na execução dos serviços especificados no contrato, e em hipótese alguma podem ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

19.1.4. Os dados obtidos em razão do contrato são armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso, adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil que tenha permissão de acesso, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a apuração de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

19.1.5. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA deve interromper o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela EMGEA e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminar completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

19.2. A CONTRATADA garante, ainda, que seus empregados, agentes e subcontratados tenham ciência das obrigações acordadas no presente Contrato, bem como da Política de Privacidade e da Política de Segurança de Informação da EMGEA.

19.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implica para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

19.4. A CONTRATADA deve cooperar com a EMGEA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

19.5. A CONTRATADA deve informar imediatamente à EMGEA quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da EMGEA ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

19.6. O “Encarregado” da CONTRATADA deve manter contato formal com o(a) “Encarregado” da EMGEA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que esta possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

19.7. A critério do “Encarregado” da EMGEA, a CONTRATADA pode ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente aos serviços objeto do contrato, especificamente em relação aos dados pessoais.

19.8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido no contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

19.9. A CONTRATADA reconhece que, em razão da sua prestação de serviços à EMGEA, estabelecerá contato com informações privadas da empresa, classificadas como Interno [#I], Confidencial [#C] ou Confidencial Restrito[#R], conforme a Política de Segurança da Informação, que podem e devem ser conceituadas segredo de negócio. Estas

informações devem ser tratadas confidencialmente, sob qualquer condição, não podendo ser divulgadas a terceiros não autorizados, estando inclusos os próprios empregados da EMGEA, exceto quando autorizado formalmente, quando for necessário para o desenvolvimento de suas atividades profissionais na EMGEA ou mediante previsão contratual.

19.10. A EMGEA reconhece que, para a prestação do serviço contratado ou prestação de serviços correlatos, deverá prover à CONTRATADA acesso às informações, ambiente computacional e dependências de suas instalações.

19.11. A contar da data do efetivo conhecimento e/ou recebimento da informação classificada, a CONTRATADA obriga-se:

19.11.1. Por si, por seus colaboradores e quaisquer outros que venham a obter informações em função do contrato estabelecido, manter o sigilo absoluto das informações privilegiadas, não devendo, de qualquer forma, utilizá-las para fim diverso daquele pelo qual lhe foram disponibilizadas;

19.11.2. A instruir devidamente os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis em segurança da informação, bem como treinamento quanto às condutas a serem adotadas para a manutenção do sigilo da informação;

19.11.3. A não transportar informações para fora da EMGEA sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força de contrato;

19.11.4. A não reproduzir, sem anuência da EMGEA, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições na EMGEA;

19.11.5. A devolver, assim que solicitado pela EMGEA ou quando concluído o prazo do contrato firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais envolvendo informação classificada pela empresa, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob seu controle;

19.12. A violação de segredo da EMGEA implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

19.13. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a EMGEA, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento do valor do prêmio será efetuado em 3 (três) parcelas mensais sucessivas, fixas e irrevogáveis, sendo a primeira parcela paga até o 300 (trigésimo) dia da vigência da apólice, por meio de boleto bancário enviado pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias após o início de vigência da apólice ou mediante depósito em conta corrente da CONTRATADA.

20.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo fiscal do contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

20.3. A fatura deverá ser entregue na Sede da EMGEA, Setor Bancário Sul — Quadra 2 — Bloco "B" — Edifício São Marcos — Brasília — DF ou por meio eletrônico no e-mail: gesup@emgea.gov.br.

20.4. O pagamento será efetuado de acordo com as condições e preços ajustados no Contrato, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, quando exigíveis, conforme determina a Lei nº 10.833, de 29.12.2003, e alterações, a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11.01.2012, publicada no Diário Oficial de 12.01.2012, e Regulamentos expedidos pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

20.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

21. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

21.1. Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste Termo de Referência, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

21.2. O reajuste será adotado como forma de recompor o desequilíbrio provocado pela elevação dos custos de produção, desde que decorrido 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, ou da data do último reajustamento, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

21.3. O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

21.4. Compete à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

21.5. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei 13.303/2016.

21.6. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir do 13º mês, subsequente ao período anual de apuração do índice, independentemente da variação para maior ou para menor.

21.7. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$(R=(I_i-I_o)\times V)/I_o$$

Em que: R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

li = índice correspondente ao mês do reajuste; e

lo = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta

21.8. A contratada deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipóteses em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Com o encerramento do Contrato ou prorrogação do mesmo sem expressa ressalva, opera-se a renúncia a eventual reajuste relativo a período anterior à assinatura do respectivo Termo Aditivo.

21.9. A revisão, para mais ou para menos, poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

21.10. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão no preço contratado implicarão a revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

22. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Segundo o disposto no Decreto nº 11.288, de 16.12.2022, que aprovou o Programa de Dispendios Globais da EMGEA para o exercício de 2023, classificada na Conta Contábil: 451.05.05 – Despesa Administração Geral - Seguros, Item Orçamentário nº 1148 – Despesas Gerais – Seguro de Dirigentes e Rubrica Orçamentária nº 2.299.000.000 – Demais Despesas Correntes, Centro de Resultado: 03.02.01 – Institucional.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto a ser contratado.

24. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

24.1. A inexecução total ou parcial do contrato firmado pela EMGEA, pode ensejar rescisão, com as devidas consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, observados o inciso VII, dos artigos 69 e 83, ambos da Lei nº 13.303/2016.

24.2. A rescisão pode ser amigável, reduzida a termo, devendo a Contratada ser avisada previamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

24.3. Constituem motivos para rescisão unilateral dos contratos quando houver:

24.3.1. Descumprimento ou cumprimento irregular por parte da contratada das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

24.3.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, podendo, por

interesse da Administração, ser admitida a fusão, cisão ou incorporação, desde que não prejudique a execução dos serviços;

24.3.3. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores hierárquicos;

24.3.4. Atraso injustificado no início dos serviços;

24.3.5. Cometimento reiterado das faltas na execução do contrato;

24.3.6. Ocorrência do caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do contrato;

24.3.7. Alteração social ou modificação da finalidade da contratada, de forma a prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas;

24.3.8. Decretação de falência ou deferimento de concordata da contratada;

24.3.9. Dissolução da sociedade;

24.3.10. Por razões do interesse público devidamente justificado nos autos.

24.4. Excetando-se o caso previsto no subitem 23.3.6, a rescisão acarreta à contratada, além das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

24.4.1. Responsabilidade civil por eventuais prejuízos causados à contratante; e

24.4.2. Retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento dos seus débitos para com a EMGEA.

24.5. Não existindo créditos em favor da contratada ou sendo insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, a contratante deve oficializar à contratada para proceder ao recolhimento à contratante, em Banco, conta corrente e agência informados, no prazo máximo de cinco dias úteis da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual ou da diferença entre estes e os créditos retidos.

24.6. Caso a contratada não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pela contratante deve ser cobrado judicialmente.

24.7. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

25.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Contratante para os serviços contratados, verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, instruir e dar andamento aos procedimentos de repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, sanções e extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas.

25.2. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por empregados formalmente designados, conforme diretrizes estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMGEA, bem como na Instrução Normativa nº. 05 MPDG/2017.

25.3. Fica a contratada obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a Fiscalização dos serviços objeto do presente Contrato, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em exoneração de responsabilidade por parte da EMGEA.

- 25.4. A Fiscalização verificará o cumprimento das normas técnicas e legais e orientações recebidas, especificações e aplicações, bem como quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.
- 25.5. Conferir e atestar todas as Notas Fiscais da Contratada e as Certidões anexadas, e procedendo tempestivamente os seus respectivos encaminhamentos para pagamento.
- 25.6. A Fiscalização não terá nenhum poder para eximir a contratada de qualquer obrigação prevista no Edital e seus Anexos.
- 25.7. A Fiscalização deverá notificar POR ESCRITO a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços e exigir adoção de medidas corretivas necessárias.
- 25.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos dentro do prazo estipulado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 25.9. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos
- 25.10. Caso o serviço contratado não seja prestado conforme foi especificado, o Fiscal do Contrato discriminará, através de termo/livro próprio, as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.
- 25.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por empregados, equipe de fiscalização ou único empregado, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 25.12. Durante a execução do objeto, a fiscalização deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 25.13. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 25.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 25.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores,

devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

25.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE de exigir que os responsáveis pela execução do objeto observem as exigências legais sobre a documentação e procedimentos necessários.

25.17. A fiscalização deverá emitir relatório que demonstre que procede à medição das etapas já concluídas, para liberação de pagamentos de medições / parcelas, de modo a evitar pagamentos antecipados ou discrepâncias entre os serviços medidos e pagos.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMGEA a Contratada que:

26.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

26.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

26.1.3. Fraudar na execução do contrato;

26.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

26.1.5. Cometer fraude fiscal;

26.1.6. Não mantiver a proposta.

26.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a EMGEA poderá aplicar ao Contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

26.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

26.2.2. Multa moratória

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em corrigir o serviço rejeitado.

26.2.3. Multa compensatória

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

26.2.4. Multa de até 5 % (cinco por cento) do valor da proposta apresentada pelo licitante, se convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato;

26.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento a ser creditado na conta da EMGEA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente;

26.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMGEA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

26.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

26.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

26.4.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

26.4.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

26.4.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

26.4.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

26.4.7. Não mantiver a proposta;

26.4.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

26.4.9. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº. 12.846/2013.

26.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da EMGEA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

26.6. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMGEA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

26.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26.8. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à EMGEA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final.

26.9. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada.

26.10. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento - GDR, que será creditado na conta da EMGEA e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

26.11. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à EMGEA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

26.12. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Somente poderão participar do certame licitatório para a contratação de que trata o presente documento as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto do presente Termo de Referência e que atendam a todas as suas exigências e do respectivo Edital a ser devidamente publicado.

27.2. As empresas deverão contemplar em seus orçamentos todos os itens necessários à adequada realização dos serviços, mesmo que não estejam explicitados neste Termo de Referência.

27.3. Em complementação ao disposto neste Termo de Referência, as demais condições e obrigações estarão estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.

27.4. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Superintendência Jurídica – SUJUR.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES PARA SEGURO DE RESPONSABILIDADE DE EXECUTIVOS (D&O)

De forma a definir o perfil da EMGEA e subsidiar a formulação da proposta, apresentamos abaixo informações gerais relevantes para às empresas do ramo.

1. Informações de composição.

- 1) Razão Social:
Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA
 - 2) Endereço:
SBS quadra 2, Bloco B, Lote 18 – Subloja e 1º subsolo
Edifício São Marcus. Brasília (DF).
CEP: 70.070.902
Website: www.emgea.gov.br
 - 3) CNPJ:
04.527.335/0001-13
 - 4) Total de Ativos no Consolidado:
R\$ 14.749.226.643,51
 - 5) Data de início de Atividades:
26/06/2001
 - 6) Ramo de atividade:
Administração Pública em Geral (Gestora de Ativos)
 - 7) O organograma está divulgado publicamente no site da EMGEA, conforme link abaixo:
<https://www.emgea.gov.br/Home/Page/711dbaf1-bdfd-4f4c-a95a-f155b47de9e4>
 - 8) Informações Financeiras completas dos dois últimos exercícios fiscais, contendo no mínimo o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.
As Demonstrações Financeiras, estão divulgadas publicamente no site da EMGEA, conforme link abaixo:
<https://www.emgea.gov.br/Home/Page/cc73d3d0-d3ca-426f-a48a-0d715011a9c6>
 - 9) Composição do Capital Social:
A composição do capital é 100% da União.
- | Nome: | CNPJ/CPF | Nacionalidade | Part.(%) |
|---------|--------------------|---------------|----------|
| A União | 04.527.335/0001-13 | Brasileira | 100% |
- 10) Não possui empresas subsidiárias às quais a cobertura deva ser estendida.
 - 11) Não possui outras empresas às quais a cobertura deva ser estendida.
 - 12) Não existem ativos no exterior.
 - 13) Não possui ações negociadas em Mercado de Capitais.
 - 14) Não possui ADR's ou Negociação via Regra 144-A.

2. Seguros Anteriores

- 1) A EMGEA possui apólice de seguro de responsabilidade de executivos (D&O) com as seguintes informações:

Seguradora: AUSTRAL SEGURADORA SA

Limite: R\$ 12.500.000,00

Vigência: 19.05.2023 - podendo ser rescindido antes do término da vigência, em virtude da EMGEA ter sido incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND ou com a conclusão de nova contratação para o mesmo objeto.

Indenizações Pagas: Nenhuma

- 2) Nenhuma seguradora declinou, cancelou, ou recusou-se a renovar qualquer seguro de responsabilidade civil de D&O ou seguro semelhante nos últimos 3 anos.
- 3) O proponente não possui conhecimento de qualquer incidente que possa gerar reclamação futura.

3. Histórico de Sinistros / Perdas

- 1) Não houve reclamação antitrustes, fixação de preços, ou questionamentos fiscais, de direito autoral, patente ou outra propriedade intelectual. Nem qualquer ação civil ou penal, processo administrativo ou criminal de uma violação de lei ou regulamento federal ou estadual, tampouco quaisquer outros processos que poderiam ter impacto financeiro.

4. Transações Planejadas

- 1) A EMGEA encontra-se inserida no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto nº. 10.008, de 05.09.2019.
- 2) Em 24 de junho de 2022 foi editada a Resolução CPPI nº 242, que **definiu as modalidades alienação e dissolução para a desestatização da EMGEA**, além revogar a Resolução CPPI nº 200, de 25 de agosto de 2021.
- 3) Além disso, foi editado o Decreto nº. 11.110/2022, de 29.06.2022, que estabelece o marco temporal para o início da contagem do prazo de dissolução da empresa e revoga o Decreto nº. 10.863/2021.

5. Controles

- 1) Nos últimos 12 meses, através de auditorias externas ou internas, os segurados, não apresentaram qualquer tipo de problema/apontamentos no sistema de controles internos.
- 2) Dentro dos últimos 12 meses, auditoria independente emitiu recomendações pontuais sobre procedimentos contábeis, que foram acatadas.

6. Conhecimento Anterior

- 1) Não existem informações de qualquer ato, erro, omissão, fato ou circunstância que possam dar origem a um sinistro.

7. Informações Adicionais

Sobre relacionamentos e/ou contratos firmados com o Governo, Órgãos Governamentais ou com empresas controladas pelo Governo, seja em âmbito municipal, estadual ou federal, tecemos os seguintes comentários:

- 1) Entendemos, preliminarmente, que o FCVS não é propriamente um contrato assinado com o Governo. Todavia, caso seja assim considerado, podemos informar que o valor previsto para receber do FCVS (contratos habilitados, não habilitados e homologados) é de R\$ 13,19 bilhões de reais (posição contábil – saldo líquido - Posição 30.10.2019), com vencimento em 1º janeiro de 2027, conforme artigo 1º parágrafo 2º da Lei nº 10.150/2000.
- 2) A receita anual é difícil de prever em função das características do processo de novação dos créditos, que envolve toda instrução e disponibilidade financeira da União.
- 3) Os demais contratos com prefeituras representam valores muito pequenos no total do faturamento da EMGEA. Seus maiores resultados originam-se de FCVS.
- 4) O Tomador, Organizações, Entidades Externas ou Pessoa Segurada, NÃO são partes investigadas da Operação Lava-jato, qualquer investigação feita pela Polícia Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União ou Controladoria Geral da União.
- 5) Outras informações relevantes sobre a empresa estão disponíveis no Portal da EMGEA www.emgea.gov.br.

8. Outros esclarecimentos:

Controles Internos e Gestão de Riscos

- 1) A EMGEA adota práticas de gestão de riscos e controles internos alinhadas com as exigências legais e regulamentares e com as melhores práticas de mercado. Utiliza um modelo de gerenciamento de riscos e de controles internos que definem os papéis e as responsabilidades na Empresa, abrangendo todos os níveis da organização.
- 2) Cada uma das unidades organizacionais, independentemente de suas áreas de atuação e atribuições, tem responsabilidades inerentes à gestão de riscos e controles internos.
- 3) Em um primeiro nível, ou “primeira linha”, cada uma das unidades organizacionais, e seus respectivos gestores, são responsáveis por identificar e monitorar os riscos

inerentes à sua área de atuação, bem como por implementar as ações de controle destinadas a mitigar esses riscos. Dessa primeira linha fazem parte todas as unidades organizacionais, sem exceção.

- 4) Em um segundo nível, ou “segunda linha”, a Empresa conta, em sua estrutura organizacional, com uma unidade especialmente dedicada à gestão de riscos, controles internos e conformidade, segregada das unidades de negócio ou de suporte. Com funções independentes em relação à primeira linha, essa unidade é responsável por coordenar a identificação, a avaliação, o tratamento e o monitoramento dos riscos.
- 5) Para tanto, utiliza metodologia específica destinada a gerir, de forma integrada, os riscos que possam ameaçar o alcance dos objetivos estabelecidos. O trabalho é realizado em etapas sequenciais que abrangem: (i) identificação de riscos e eventos de risco; (ii) avaliação da probabilidade de ocorrência e dos respectivos impactos; (iii) estruturação e implementação de respostas para os riscos identificados e priorizados na avaliação; (iv) adoção de medidas de controle ou aprimoramento daquelas já existentes para evitar ou mitigar os riscos; e (v) comunicação dos resultados do trabalho às unidades gestoras e à administração.
- 6) Ainda em “segunda linha”, a unidade é responsável, também, por assessorar as demais unidades na implementação e aprimoramento das ações de controle e por verificar a conformidade em relação ao cumprimento das obrigações legais e regulamentares e dos normativos internos.
- 7) Em um terceiro nível, ou “terceira linha”, já totalmente independente das atividades de gestão, a Empresa possui uma unidade de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria. Essa unidade realiza avaliações que abrangem, inclusive, a atuação da primeira e da segunda linhas e reporta os resultados à administração.
- 8) Soma-se às três linhas, integrantes da organização, uma linha adicional, caracterizada pelas avaliações por auditoria independente, pelo Comitê de Auditoria, pelo Conselho Fiscal e pelos órgãos de fiscalização e controle. Os resultados dessas avaliações, que são realizadas por profissionais totalmente independentes da estrutura de gestão da Empresa, fornecem também importantes subsídios para reforçar as boas práticas de governança corporativa.

Gestão de Risco com Terceiros

- 1) A EMGEA considera o “risco de terceiro” (serviços prestados por terceiros ou produtos adquiridos sem os requisitos de qualidade contratados e esperados, ou não entregues nas datas previstas) como um risco estratégico, vez que o modelo de negócio adotado pela Empresa tem como característica a contratação de empresas prestadoras de serviços para a realização de atividades operacionais, incluindo o atendimento aos devedores.
- 2) Falhas na prestação de serviços ou eventual descontinuidade podem comprometer os resultados e, conseqüentemente, o alcance dos objetivos e da Missão da Empresa.

- 3) Para mitigar esse risco, são incluídas cláusulas específicas nos contratos firmados com as prestadoras de serviços e adotados controles nas unidades organizacionais para avaliar se os serviços são executados em conformidade com o pactuado.

Canais de denúncia

- 1) A EMGEA disponibiliza para seus colaboradores e para quaisquer cidadãos os seguintes canais para denúncia, divulgados em seu sítio eletrônico:
- a) plataforma Fala.BR (link disponível no sítio eletrônico), para denúncias destinadas à/ao:
 - i. **Ouvidoria;**
 - ii. **Comissão de Ética;**
 - iii. **Auditoria Interna;**
 - iv. **Comitê de Auditoria.**
 - b) **atendimento presencial no endereço da Empresa;**
 - c) **endereço da Empresa, para encaminhamento de correspondência à Comissão de Ética ou ao Comitê de Auditoria ou à Auditoria Interna da EMGEA.**
- 2) O anonimato da denúncia é assegurado a quem o desejar.

Procedimentos investigatórios

- 1) A inobservância dos valores éticos ou dos padrões de conduta e integridade previstos no Código de Ética, Conduta e Integridade da EMGEA implica aplicação de sanções.
- 2) As ocorrências relativas a desvios de conduta ética são tratadas pela Comissão de Ética da EMGEA. Após a apuração, a Comissão pode aplicar ao colaborador faltoso pena de censura, devidamente fundamentada.
- 3) Irregularidades relativas a descumprimento de normas disciplinares são apuradas conforme normativo de Apuração de Irregularidades e Responsabilização Administrativa. Após a apuração, podem ser aplicadas sanções, devidamente fundamentadas.
- 4) No caso de denúncia envolvendo desvio de conduta ética por membro da alta administração, está previsto que apuração deve ser realizada pela Comissão de Ética de Pública (CEP), nos termos do Art. 21 do Decreto nº 6.029/2007 e Art. 18 do Código de Conduta da Alta Administração Federal, respectivamente.

Política anticorrupção

- 1) Como empresa pública, com uma função social a cumprir, a EMGEA pauta sua atuação em princípios de integridade, assim considerados: observância da legislação e regulamentação; respeito aos valores éticos; e trabalho em prol do interesse público.

- 2) A preocupação com a promoção de altos padrões de integridade norteia as ações e as decisões dos dirigentes, que atuam com o compromisso de transmitir exemplos de ética e de conduta em seus relacionamentos profissionais com os colaboradores, com terceiros, com autoridades governamentais e com clientes.
- 3) Esse compromisso é materializado e formalizado em dois documentos que orientam a atuação de todos os colaboradores: o “Código de Ética, Conduta e Integridade” e o “Programa de Integridade”.
- 4) No Código de Ética, Conduta e Integridade são expressamente definidos os valores éticos e prescrito o padrão de comportamento esperado. As disposições nele contidas se somam às do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e às do Código de Conduta da Alta Administração Federal.
- 5) O Programa de Integridade sintetiza as práticas adotadas pela Empresa para assegurar o cumprimento dos princípios de integridade, bem como para prevenir e combater comportamentos, ações ou omissões que com eles conflitem, tais como roubo, fraude, corrupção, conflito de interesses e nepotismo.
- 6) Ambos os documentos – o Código de Ética, Conduta e Integridade e o Programa de Integridade – fazem parte dos normativos internos da Empresa e estão divulgados em canais de comunicação interno (intranet) e externo (sítio eletrônico www.emgea.gov.br).
- 7) Além do “Código de Ética, Conduta e Integridade” e o “Programa de Integridade” a empresa adota também uma “Política de Integridade” que estabelece as diretrizes para o cumprimento dos princípios de integridade. A “Política de Integridade” é divulgada no sítio eletrônico da Empresa (www.emgea.gov.br).
- 8) Os riscos que possam representar ameaças aos princípios de integridade – como roubo, fraude, corrupção, conflito de interesses e nepotismo – são objeto de monitoramento contínuo, no âmbito do processo de gerenciamento de riscos da Empresa.

Conflitos de interesse

- 1) A EMGEA trata do tema “Conflito de Interesses” no “Código de Ética, Conduta e Integridade”, no “Programa de Integridade”, na “Política de Integridade”, na “Política de Transações com Partes Relacionadas” e em normativo interno específico, titulado “Conflito de Interesse”.
- 2) No normativo são definidos critérios para a análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e de pedidos de autorização para o exercício de atividade privada pelos colaboradores e dirigentes da EMGEA.
- 3) O “Código de Ética, Conduta e Integridade”, o “Programa de Integridade”, a “Política de Integridade” e a “Política de Transações com Partes Relacionadas” estão publicados no sítio eletrônico da Empresa (www.emgea.gov.br).

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº xxxxxx/2023 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
S.A – EMGEA E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. – EMGEA**, empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, conforme autorização prevista no art. 7º da Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001, atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da 16ª Assembleia Geral Extraordinária, de 19 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 03 de maio de 2022, com sede no Setor Bancário Sul - SBS, Quadra 02, bloco “B”, em Brasília/DF, CEP: 70.070-902, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 04.527.335/0001-13 e Inscrição Estadual nº 07.423.948/001-92, representada por seu Diretor-Presidente, o Sr. **RODRIGO BRANDÃO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, engenheiro, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro CREA/RJ nº 2*****7, inscrito no CPF sob o nº 074.***.***-52, residente no Rio de Janeiro/RJ, e domiciliado em Brasília/DF, designado pelo Conselho de Administração da EMGEA, conforme Ata nº 100 da Reunião Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2022, e pela Diretora de Administração, e pela Diretora de Administração, Sra. **MARIA BETÂNIA GONÇALVES XAVIER**, brasileira, casada, bacharel em estatística, portadora da Carteira de Identidade nº 9**.*4, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, inscrita no CPF sob o nº 392.***.***-00, residente e domiciliada em Brasília – DF, designada pelo Conselho de Administração da **EMGEA**, conforme Ata nº 97 da reunião extraordinária realizada em 2 de junho de 2022, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXXXXXXXXX, e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado em XXXXXXXXXXXXXXX, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para prestação dos serviços, para atender às necessidades da **CONTRATANTE**, em conformidade com o que consta do **Processo Administrativo nº 00022/2023**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 00001/2023**, com fundamento na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e, subsidiariamente, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conforme condições previstas no Termo de Referência e seus anexos, passando a proposta da **CONTRATADA**, independentemente de sua transcrição, a fazer parte integrante e complementar deste Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa Seguradora para prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil D & O (*Directors and Officers*) de Diretores e Conselheiros, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da EMGEA, com emissão de apólice à base de reclamações com notificação à EMGEA, conforme disposto na Circular SUSEP nº 637, de 27 de julho de 2021

1.2. No seguro de Responsabilidade Civil D & O de Diretores e Conselheiros a ser contratado pela EMGEA, a sociedade seguradora garante aos segurados, quando responsabilizados por danos causados a terceiros, em consequência de atos ilícitos culposos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das indenizações que forem obrigados a pagar, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da sociedade seguradora, observadas as exclusões e limitações previstas na Apólice, suas Condições Gerais e eventuais Endossos ou Aditivos.

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
1	Contratação de empresa Seguradora para prestação de serviços de cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil D & O (<i>Directors and Officers</i>) de Diretores e Conselheiros, para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da EMGEA, com emissão de apólice à base de reclamações com notificação à EMGEA	Apólice	1

1.3. A composição do preço do valor anual a ser contratado deverá ter como base o Limite Máximo de Garantia (LMG) que é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DO DETALHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O regime de contratação será por execução indireta.

2.2. No valor do prêmio deverão estar incluídos os eventuais custos para emissão da apólice, imposto sobre operações financeiras (IOF) e outros custos pertinentes e inerentes ao objeto desta licitação.

2.3. A cobertura da apólice será isenta de qualquer franquia.

2.4. O âmbito da cobertura contratada será nacional.

2.5. A importância Segurada representa o Limite Máximo de Garantia pagável por conta dos riscos cobertos, de acordo com as Condições Gerais e Especiais da apólice.

2.5.1. A importância segurada e que representa o Limite Máximo de Garantia (LMG) pela Seguradora é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

2.5.2. O prazo para pagamento das indenizações é de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da última documentação relativa ao processo competente.

2.6. O seguro cobrirá indenizações aos 7 (sete) membros do Conselho de Administração e aos 5 (cinco) membros da Diretoria Executiva da Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA, referentes a condenações judiciais, transitadas em julgado e nas hipóteses de cumprimento provisório de sentença, tutela de urgência ou liminares diversas, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, fundadas em responsabilidade civil e/ou criminal convertida em responsabilidade, multa, compensação ou indenização por atos de gestão, praticados pelos respectivos segurados, desde que não importem em ato doloso. Ficam cobertos, também, pelo presente seguro as eventuais indenizações por danos materiais e morais, multas e/ou compensações decorrentes de responsabilidade trabalhista, civil, criminal e administrativa impostas aos segurados quando no exercício de suas funções na EMGEA.

2.6.1. Será ilimitada a data da retroatividade somente para atos e reclamações desconhecidos e anteriores à contratação da apólice.

2.7. O seguro cobrirá também os acordos extrajudiciais homologados pela justiça, desde que a seguradora tenha tido conhecimento e participado do processo.

2.8. O seguro será contratado pela EMGEA em benefício de pessoas físicas (Conselheiros do Conselho de Administração, bem como membros da Diretoria Executiva), a fim de garantir o pagamento dos Prejuízos Financeiros decorrentes de Reclamações cobertas, efetuadas por Terceiros, em face dos Segurados, em virtude de Atos Danosos, pelos quais se busque a responsabilização destes Segurados.

2.9. Fica entendido que a Apólice é à Base de Reclamação (*Claims made basis*) com Notificação.

2.10. Em vez de reembolsar o Segurado, a Seguradora poderá oferecer a possibilidade de pagamento direto aos Terceiros prejudicados ou reembolsar o Tomador, caso este tenha adiantado, para o Segurado, total ou parcialmente, quantias correspondentes às Indenizações cobertas por este seguro.

2.11. A garantia relativa ao seguro está condicionada a que tenham sido atendidas as disposições da Apólice, em particular aquelas que regulam as Apólices à Base de Reclamações, bem como as datas de ocorrência dos danos e as datas de apresentação das Reclamações. São condições necessárias para que o Segurado possa pleitear a garantia, sem prejuízo das demais disposições da Apólice, que:

2.11.1. O Terceiro apresente Reclamação ao Segurado durante o Período de Vigência do Seguro ou Extensão do Período de Apresentação de Reclamação, quando aplicável; e

2.11.2. As Reclamações sejam decorrentes de Atos Danosos ocorridos durante o Período de Vigência do Seguro ou Período de Retroatividade.

2.12. O seguro abrange os Custos de Defesa e os honorários dos advogados dos Segurados para a defesa em juízo cível, trabalhista, penal e/ou em processo administrativo ou arbitral, sendo que os Segurados podem escolher livremente seus

respectivos advogados. Quando da concessão da garantia aos Custos de Defesa, deve haver menção expressa no instrumento de formalização desse adiantamento ao direito de regresso da Seguradora nos casos em que os danos causados a Terceiros decorram de atos ilícitos dolosos, ou em que o Segurado reconheça sua responsabilidade. Nesse sentido, todos os pagamentos dos Custos de Defesa realizados pela Seguradora para quaisquer Segurados serão reembolsados à Seguradora pela(s) pessoa(s) física(s) que deles se beneficiaram, de forma solidária com o Tomador, caso se identifique que tais Segurados não têm direito à Indenização de tais Prejuízos Financeiros.

2.13. O seguro abrangerá cobertura de multas e penalidades cíveis, criminais, administrativas e trabalhistas, impostas aos membros dos Conselhos de Administração e dos Diretores Executivos, quando no exercício de suas funções, na EMGEA, indenizações diversas (materiais e morais, dentre outras), inclusive dano moral coletivo.

2.14. O seguro não cobre os danos causados a Terceiros, aos quais a EMGEA tenha sido responsabilizada, em consequência de atos ilícitos dolosos praticados pelos Segurados que exerça, e/ou tenha exercido, cargos de Conselheiro do Conselho de Administração ou Diretor Executivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COBERTURAS MÍNIMAS EXIGIDAS E DA IMPORTÂNCIA MÍNIMA SEGURADA

3.1. As coberturas estabelecidas deverão ser concedidas até o Limite Máximo de Garantia da apólice, exceto nos casos especificados.

3.2. Cobertura para o Segurado (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG – Limite Máximo de Garantia])

3.2.1. A Seguradora pagará em nome do segurado os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice resultantes de Reclamação apresentada contra o Segurado, pelos quais não seja indenizado pelo tomador ou suas Subsidiárias.

3.3. Cobertura para o Tomador (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

3.3.1. A Seguradora pagará em nome ou reembolsará o Tomador ou suas Subsidiárias os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice resultantes de Reclamação apresentada contra o Segurado que o Tomador ou suas Subsidiárias tiver suportado ou tiver de suportar em benefício do Segurado, desde que tal ônus não seja objeto de vedação legal.

3.4. Extensão de Cobertura para Cônjuge ou Companheiro em União Estável e Herdeiros (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

3.4.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice resultantes de Reclamações feita contra o cônjuge, companheiro(a) em união estável do segurado, espólio e herdeiros do segurado decorrente de Ato Danoso do Segurado que atinja tais pessoas unicamente em decorrência de sua condição perante o Segurado.

3.5. Extensão de cobertura para Despesas Emergenciais (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

3.5.1. O Tomador e o Segurado poderão incorrer em Despesas Emergenciais se razoavelmente necessárias para impedir ou minimizar que o Segurado e/ou o Tomador envie uma Notificação escrita obedecendo ao prazo máximo de 10 dias após tais despesas tenham sido efetuadas. As despesas emergenciais relativas a Outros Prejuízos não serão reembolsáveis.

3.6. Extensão de Cobertura para Reclamações por Prática Trabalhista Indevida (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

3.6.1. A Seguradora pagará ao segurado pelos Prejuízos Seguráveis decorrentes de Reclamações por Prática Trabalhista Indevida.

3.7. Extensão de Cobertura para Gerenciamento de Crises (Despesas de Publicidade) (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

3.7.1. A Seguradora mediante prévia autorização por escrito pagará custos de publicidade necessários para resguardar a reputação do Segurado ou Tomador, quando houver prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer Segurado causado pela veiculação de alguma notícia, reportagem ou vazamento de informação sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados a Atos Danosos e a posição do Segurado como Administrador.

3.8. Extensão de Cobertura para Inclusão Automática de Novas Subsidiárias (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

3.8.1. Os Diretores/Conselheiros de qualquer nova Subsidiária criada ou incorporada pelo Tomador durante o Período de Vigência da Apólice quanto reclamações por Atos Danosos que ocorreram após a data em que a subsidiária passou a ser controlada pelo Tomador. Para tanto, o Tomador deverá fornecer à Seguradora, no prazo de até 60 (sessenta) dias após criação ou incorporação da nova subsidiária, detalhes suficientes para permitir que a Seguradora possa determinar e avaliar o aumento potencial de exposição ao risco. Não haverá cobertura automática para novas Subsidiárias se o valor total dos ativos superar em 30% o total consolidado de ativos do tomador anteriormente à criação ou incorporação da nova Subsidiária. Neste caso, a Seguradora, a seu próprio critério e mediante cobrança de Prêmio adicional, poderá conceder cobertura para estas novas Subsidiárias através de emissão de endosso ou Aditivo específico.

3.9. Extensão de Cobertura para Advogado Empregado (I.S. R\$ 20.000.000,00 [LMG])

3.9.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis decorrentes de reclamações movidas por Terceiros contra Advogados Empregados do Tomador e de suas Subsidiárias em virtude de responsabilidade pelos atos praticados pelos Advogados Empregados em nome do Tomador e de suas Subsidiárias, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão, e desde que fique comprovado o vínculo trabalhista dos Advogados Empregados com o Tomador ou suas Subsidiárias.

3.10. Extensão de Cobertura para Indisponibilidade de Bens e Penhora “online” (I.S. R\$ 2.000.000,00 [LMI – Limite Máximo de Indenização])

3.10.1. A Seguradora pagará os Danos sofridos pelos Segurados em virtude de medida judicial ou extrajudicial contra estes que determine a indisponibilidade de seus bens pessoais, no todo ou em parte. Serão consideradas como medidas de bloqueio ou indisponibilidade de bens as seguintes ocorrências: a) determinação de penhora “online” ou bloqueio de contas bancárias dos Segurados determinadas por ordem ou despacho judicial, somente após 30 (trinta) dias contados do início da constrição determinação de indisponibilidade de bens total ou parcial, judicial ou extrajudicial, para fins de investigação civil, seja na fase administrativa ou judicial, assim que tal medida for determinada; b) verificadas uma ou mais hipóteses que confirmem ao segurado o direito a esta extensão de Cobertura, a Seguradora fará o pagamento diretamente ao Segurado ou ao Terceiro por ele expressamente designado, em parcelas mensais e sucessivas, limitadas ao valor estipulado do respectivo LMI. O pagamento será interrompido tão logo cesse a medida que determinou o bloqueio de bens, ou, alternativamente, pela extinção, conclusão ou julgamento do processo em questão, quando houver. A Seguradora ficará igualmente desobrigada com relação a qualquer pagamento quando os pagamentos efetuados excederem o LMI desta extensão de cobertura. Todos os Segurados compartilham igualmente do LMI destinado a esta extensão de cobertura. O esgotamento deste LMI provocado por um Segurado tornará a Cobertura indisponível aos demais Segurados. O critério da Seguradora para divisão do referido limite será o da ordem de apresentação das Notificações à Seguradora. Caso sejam apresentadas Notificações simultâneas, que em seu conjunto excedam ou possam exceder o LMI referido, o critério de distribuição será o da proporcionalidade. A Seguradora deverá ser ressarcida pelo Segurado dos valores adiantados pela Seguradora relativos às quantias bloqueadas nas contas bancárias do Segurado, tão logo seja efetuado o desbloqueio de tais contas bancárias do Segurado por ordem ou determinação judicial.

3.11. Extensão de Cobertura para Danos Punitivos e/ou Danos Exemplares (I.S. R\$ 1.500.000,00 [LMI])

3.11.1. Esta Apólice garante os Danos que se caracterizem como danos punitivos (*punitive damages*) e/ou danos exemplares (*exemplary damages*) sofridos pelos Segurados, em virtude de sentença judicial. Não são cobertos os danos punitivos e/ou danos exemplares com base em legislação brasileira, mas somente quando aplicável legislação estrangeira com regra para regular a existência e valoração de tais danos.

3.12. Extensão da Cobertura para Desconsideração da Personalidade Jurídica (legislação consumerista) (I.S. R\$ 20.000,000 [LMG])

3.12.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice decorrentes de Reclamação movida contra os Diretores/Conselheiros em consequência da responsabilidade civil decorrente de a) má-prestação de serviços a Terceiros ou b) produtos defeituosos ou com vícios, desde que a Reclamação for feita com base na legislação consumerista contra o Segurado em função, exclusivamente, da desconsideração da personalidade jurídica do Tomador e desde que não fique comprovada qualquer espécie de conduta dolosa do Segurado.

3.13. Extensão de Cobertura para Responsabilidade por Danos Corporais (I.S. R\$ 20.000,000 [LMG])

3.13.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice decorrentes de Reclamação movida contra os Diretores/Conselheiros, desde que tais indivíduos (individual ou coletivamente) sejam nomeados como parte passiva em um processo judicial ou extrajudicial, com o objetivo de responsabilizá-los de forma solidária ou subsidiária na condição de Diretor/Conselheiro, por Danos Corporais causados a Empregados ou a Terceiros em decorrências das atividades empresariais desempenhadas pelo Tomador. Esta Extensão de cobertura somente será válida se aplicada a Reclamações movidas, apresentadas e mantidas no território da República Federativa do Brasil. E desde que o objeto social do Tomador não se relacionar direta ou indiretamente com serviços de saúde, hospitalares, ou prestação de serviços médicos de qualquer modalidade indústrias relacionadas à produção ou comercialização de produtos radioativos.

3.14. Extensão de Cobertura para Despesas de Publicidade (I.S. R\$ 20.000,00 [LMG])

3.14.1. A Seguradora pagará os Prejuízos Seguráveis por esta Apólice decorrentes de despesas de publicidade quando houver comprovado prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer Segurado sob esta Apólice causada pela veiculação de Reclamação através de notícia, reportagem ou vazamento de informações sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados à posição do Segurado como Diretor ou Conselheiro da Sociedade Tomadora do Seguro. Desta forma, haverá cobertura para o custo de contratação de empresa especializada em serviços de comunicação e assessoria de imagem mediante prévia autorização da Seguradora.

3.15. Extensão de Corrupção

3.15.1. A Seguradora não será responsável por quaisquer perdas relacionadas, direta ou indiretamente de reclamações referente e/ou relacionada a alegação de: pagamentos e/ou recebimento de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de qualquer agente, representante ou empregado de Órgão Governamental, de empresas pública/capital misto não se limitando a processos licitatórios ou contratos públicos.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA APÓLICE COM BASE EM RECLAMAÇÃO COM NOTIFICAÇÃO E RETROATIVIDADE

4.1. Define-se como sendo aquela que tem como objeto do seguro o pagamento e/ou o reembolso das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros pelo Segurado, a título de reparação de danos de ordem material ou moral, estipuladas por Tribunal, Juízo ou órgão administrativo competente por acordo aprovado pela sociedade Seguradora, desde que: os danos tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade e o terceiro apresente a reclamação ao segurado, nas seguintes hipóteses:

4.1.1. Durante a vigência da Apólice.

4.1.2. Durante o Prazo Complementar, quando aplicável.

4.1.3. Em período posterior, desde que a reclamação seja desconhecida pelo Segurado em período de vigência da Apólice.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÕES

5.1. Prazo Complementar de 36 (trinta e seis) meses sem prêmio adicional conforme definido pela legislação em vigor.

5.2. Prazo Suplementar: período adicional ao prazo complementar, de 24 (vinte e quatro) meses, para apresentação de reclamações contra os Segurados por atos cometidos por estes desde a data de retroatividade de cobertura até o final de vigência da apólice. (12 meses: 75% do prêmio líquido. 24 meses: 100% do prêmio) líquido.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES NO RISCO DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA

6.1. No caso de ocorrer qualquer "Operação" que implique alteração no risco durante o período de vigência da Apólice, as garantias previstas devem se limitar às Reclamações decorrentes de atos e omissões do Segurado ocorridos antes da alteração, sendo o prêmio pago devolvido proporcionalmente, observada a data de alteração do risco.

6.1.1. Entende-se por "Operação" a ocorrência de: (i) fusão, cisão ou incorporação do Tomador; (ii) alienação ou transferência da totalidade ou de parte substancial (maior que 30%) dos ativos do Tomador; ou (iii) insolvência, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou procedimento similar do Tomador.

6.2. Não se incluem nas hipóteses acima aquelas decorrentes das operações provenientes do Programa Nacional de Desestatização – PND, no qual a EMGEA encontra-se inserida, conforme Decreto nº. 10.008, de 05.09.2019.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Todas as informações que tratam da constituição, alteração e estrutura da EMGEA, bem como suas demonstrações financeiras estão publicadas no seu portal no endereço www.emgea.gov.br.

7.2. Para subsidiar a avaliação do risco, o licitante deverá consultar as informações colacionadas no Questionário que segue anexo a este Termo de Referência (Anexo I).

7.3. A EMGEA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto 10.008, de 05.09.2019. Em 24 de junho de 2022, foi editada a Resolução CPPI nº 242, que definiu as modalidades alienação e dissolução para a desestatização da EMGEA, além revogar a Resolução CPPI nº 200, de 25 de agosto de

2021. Ademais, foi editado o Decreto nº. 11.110/2022, de 29.06.2022, que estabelece o marco temporal para o início da contagem do prazo de dissolução da empresa e revoga o Decreto nº. 10.863/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE COSSEGURO

8.1. Não será permitida a distribuição de cosseguo para outra(s) seguradora(s).

9. CLÁUSULA NONA - DA REGULAÇÃO DO SINISTRO

9.1. A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos necessários e pertinentes à Regulação de Sinistro, para o pagamento da Indenização devida, no caso de um Sinistro coberto nos termos da Apólice contratada. A contagem do prazo para Indenização será suspensa, caso os documentos apresentados sejam insuficientes e em caso de dúvida fundada e justificável. O prazo voltará a correr a partir do primeiro dia útil após a entrega dos documentos complementares exigidos.

9.2. No caso do não pagamento da Indenização no prazo previsto, o valor deste deverá ser atualizado monetariamente de acordo com o item 20 deste Termo, pela variação positiva do índice adotado, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data de entrega de todos os documentos necessários para a Regulação de Sinistro até a data da sua liquidação.

9.3. O valor da Indenização a que o Segurado terá direito, com base nas condições desta Apólice, não poderá ultrapassar o valor do interesse segurado no momento do Sinistro, independentemente de qualquer disposição constante desta Apólice, e será pago em moeda nacional, exceto quando a legislação permitir pagamento de Indenização em outra moeda.

9.4. A Seguradora deverá realizar a identificação dos Segurados e do Tomador, registrar tais informações cadastrais e obter cópia de documentação suporte mínima, quando da contratação da Apólice e no pagamento dos Sinistros. A saber:

Pessoas Físicas:

(a) nome completo;

(b) número único de identificação, com a seguinte ordem de preferência: número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), número de identificação, válido em todo o território nacional, nesse caso acompanhado da natureza do documento, órgão expedidor e data da expedição, ou número do Passaporte, com a identificação do País de expedição;

(c) endereço completo (logradouro, bairro, código de endereçamento postal – CEP, cidade, unidade da federação); e

(d) número de telefone e código de discagem direta à distância – DDD, se houver.

Pessoas Jurídicas:

(a) denominação ou razão social;

(b) atividade principal desenvolvida;

(c) o número de identificação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Empresa Estrangeira/BACEN (CADEMP) para empresas “offshore”, excetuadas as universalidades de direitos que, por disposição legal, sejam dispensadas de registro no CNPJ e no CADEMP;

(d) endereço completo (logradouro, bairro, código de endereçamento postal – CEP, cidade, unidade da federação), número de telefone e código de discagem direta à distância - DDD; e

(e) qualificação do procurador ou dos Diretores ou Administradores, quando não representada diretamente pelo proprietário ou sócio controlador.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado especialmente designado pela Contratante;

10.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela Contratada após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido “atesto” do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;

10.3. Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, em conformidade com as boas práticas de gestão e capacidade, disponibilidade e continuidade;

10.5. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção, quando for o caso;

10.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à locação e à prestação dos serviços;

10.7. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

10.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;

10.9. Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da Contratada, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em

especial os relativos à disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros;

10.10. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

10.11. No caso de rejeição do serviço, a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada, que terá um prazo de até 24 horas após a comunicação, para sanar as pendências;

10.12. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

10.13. Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro que a CONTRATADA julgar necessárias.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Emitir a Apólice Mestra contendo todas as cláusulas e condições do seguro nos termos do edital de licitação e seus anexos, no prazo de 5 (dias) dias úteis, contados da adjudicação;

11.2. Cumprir as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, leis e demais normativos correlatos;

11.3. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas neste Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;

11.4. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos;

11.5. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;

11.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a EMGEA autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

- 11.9. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;
- 11.10. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;
- 11.11. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados e dos veículos que adentrarão à EMGEA para a execução do serviço, apresentando os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, mantendo as informações atualizadas inclusive;
- 11.12. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Contratante;
- 11.13. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando a situação exigir;
- 11.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;
- 11.16. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- 11.17. Comunicar à fiscalização da Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.19. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;
- 11.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.21. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

11.22. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações;

11.23. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

11.24. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da EMGEA durante a vigência deste contrato;

11.25. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;

11.26. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual;

11.27. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento;

11.28. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca da prestação de serviços à Contratante, a não ser que haja prévia e expressa autorização desta;

11.29. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões propostas pela EMGEA até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor contratado, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei nº. 13.303/2016;

11.1. Manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos a que tiver acesso, bem como sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, não podendo usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Contratante para os serviços contratados, verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, instruir e dar andamento aos procedimentos de repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, sanções e extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas.

12.2. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por empregados formalmente designados, conforme diretrizes estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contatos da EMGEA, bem como na Instrução Normativa nº. 05 MPDG/2017.

12.3. Fica a contratada obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a Fiscalização dos serviços objeto do presente Contrato, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em exoneração de responsabilidade por parte da EMGEA.

12.4. A Fiscalização verificará o cumprimento das normas técnicas e legais e orientações recebidas, especificações e aplicações, bem como quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.

12.5. Conferir e atestar todas as Notas Fiscais da Contratada e as Certidões anexadas, e procedendo tempestivamente os seus respectivos encaminhamentos para pagamento.

12.6. A Fiscalização não terá nenhum poder para eximir a contratada de qualquer obrigação prevista no Edital e seus Anexos.

12.7. A Fiscalização deverá notificar POR ESCRITO a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços e exigir adoção de medidas corretivas necessárias.

12.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos dentro do prazo estipulado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.9. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos

12.10. Caso o serviço contratado não seja prestado conforme foi especificado, o Fiscal do Contrato discriminará, através de termo/livro próprio, as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

12.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por empregados, equipe de fiscalização ou único empregado, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.12. Durante a execução do objeto, a fiscalização deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.13. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE de exigir que os responsáveis pela execução do objeto observem as exigências legais sobre a documentação e procedimentos necessários.

12.17. A fiscalização deverá emitir relatório que demonstre que procede à medição das etapas já concluídas, para liberação de pagamentos de medições / parcelas, de modo a evitar pagamentos antecipados ou discrepâncias entre os serviços medidos e pagos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento do valor do prêmio será efetuado em 3 (três) parcelas mensais sucessivas, fixas e irrevogáveis, sendo a primeira parcela paga até o 300 (trigésimo) dia da vigência da apólice, por meio de boleto bancário enviado pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias após o início de vigência da apólice ou mediante depósito em conta corrente da CONTRATADA.

13.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo fiscal do contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

13.3. A fatura deverá ser entregue na Sede da EMGEA, Setor Bancário Sul — Quadra 2 — Bloco "B" — Edifício São Marcos — Brasília — DF ou por meio eletrônico no e-mail: gesup@emgea.gov.br.

13.4. O pagamento será efetuado de acordo com as condições e preços ajustados no Contrato, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, quando exigíveis, conforme determina a Lei nº 10.833, de 29.12.2003, e alterações, a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11.01.2012, publicada no Diário Oficial de 12.01.2012, e Regulamentos expedidos pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

14.1. Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste Termo de Referência, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

14.2. O reajuste será adotado como forma de recompor o desequilíbrio provocado pela elevação dos custos de produção, desde que decorrido 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, ou da data do último reajustamento, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

14.3. O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

14.4. Compete à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

14.5. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei 13.303/2016.

14.6. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir do 13º mês, subsequente ao período anual de apuração do índice, independentemente da variação para maior ou para menor.

14.7. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$(R=(I_i-I_o)\times V)/I_o$$

Em que: R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I_i = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I_o = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta

14.8. A contratada deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipóteses em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Com o encerramento do Contrato ou prorrogação do mesmo sem expressa ressalva, opera-se a renúncia a eventual reajuste relativo a período anterior à assinatura do respectivo Termo Aditivo.

14.9. A revisão, para mais ou para menos, poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

14.10. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão no preço contratado implicarão a revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SIGILO E RESPONSABILIDADE

15.1. A CONTRATADA garante que:

15.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

15.1.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando os dados, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

15.1.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, a CONTRATADA se responsabiliza pela obtenção do consentimento dos titulares, além da manutenção dos registros de cada consentimento coletado. Os dados só podem ser utilizados na execução dos serviços especificados no contrato, e em hipótese alguma podem ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

15.1.4. Os dados obtidos em razão do contrato são armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso, adequado controle de acesso e com transparente identificação do perfil que tenha permissão de acesso, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a apuração de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

15.1.5. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA deve interromper o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela EMGEA e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminar completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tiver que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

15.2. A CONTRATADA garante, ainda, que seus empregados, agentes e subcontratados tenham ciência das obrigações acordadas no presente Contrato, bem como da Política de Privacidade e da Política de Segurança de Informação da EMGEA.

15.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implica para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto

dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

15.4. A CONTRATADA deve cooperar com a EMGEA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

15.5. A CONTRATADA deve informar imediatamente à EMGEA quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da EMGEA ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

15.6. O “Encarregado” da CONTRATADA deve manter contato formal com o(a) “Encarregado” da EMGEA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que esta possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

15.7. A critério do “Encarregado” da EMGEA, a CONTRATADA pode ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente aos serviços objeto do contrato, especificamente em relação aos dados pessoais.

15.8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido no contrato e de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

15.9. A CONTRATADA reconhece que, em razão da sua prestação de serviços à EMGEA, estabelecerá contato com informações privadas da empresa, classificadas como Interno [#I], Confidencial [#C] ou Confidencial Restrito[#R], conforme a Política de Segurança da Informação, que podem e devem ser conceituadas segredo de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente, sob qualquer condição, não podendo ser divulgadas a terceiros não autorizados, estando inclusos os próprios empregados da EMGEA, exceto quando autorizado formalmente, quando for necessário para o desenvolvimento de suas atividades profissionais na EMGEA ou mediante previsão contratual.

15.10. A EMGEA reconhece que, para a prestação do serviço contratado ou prestação de serviços correlatos, deverá prover à CONTRATADA acesso às informações, ambiente computacional e dependências de suas instalações.

15.11. A contar da data do efetivo conhecimento e/ou recebimento da informação classificada, a CONTRATADA obriga-se:

15.11.1. Por si, por seus colaboradores e quaisquer outros que venham a obter informações em função do contrato estabelecido, manter o sigilo absoluto das informações privilegiadas, não devendo, de qualquer forma, utilizá-las para fim diverso daquele pelo qual lhe foram disponibilizadas;

15.11.2. A instruir devidamente os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis em segurança da informação, bem como treinamento quanto às condutas a serem adotadas para a manutenção do sigilo da informação;

15.11.3. A não transportar informações para fora da EMGEA sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força de contrato;

15.11.4. A não reproduzir, sem anuência da EMGEA, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições na EMGEA;

15.11.5. A devolver, assim que solicitado pela EMGEA ou quando concluído o prazo do contrato firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais envolvendo informação classificada pela empresa, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob seu controle;

15.12. A violação de segredo da EMGEA implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

15.13. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a EMGEA, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data

16. CLÁSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMGEA a Contratada que:

16.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.1.6. Não mantiver a proposta.

16.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a EMGEA poderá aplicar ao Contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

16.2.2. Multa moratória

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em corrigir o serviço rejeitado.

16.2.3. Multa compensatória

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. Multa de até 5 % (cinco por cento) do valor da proposta apresentada pelo licitante, se convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato;

16.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento a ser creditado na conta da EMGEA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente;

16.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMGEA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

16.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

16.4.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

16.4.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

16.4.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

16.4.7. Não mantiver a proposta;

16.4.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.4.9. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº. 12.846/2013.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da EMGEA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

16.6. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMGEA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à EMGEA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final.

16.9. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada.

16.10. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento - GDR, que será creditado na conta da EMGEA e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

16.11. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à EMGEA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

16.12. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses)

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. O prazo de vigência do Contrato será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, podendo ser rescindido antes do término da vigência, em virtude da EMGEA ter sido incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND.

17.2. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços após a assinatura do Contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO VALOR

18.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ xxxxxx (xx)**, inclusos todos os impostos, encargos, taxas, seguros e demais despesas necessárias à prestação de serviços.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Segundo o disposto no Decreto nº 11.288, de 16.12.2022, que aprovou o Programa de Dispendios Globais da EMGEA para o exercício de 2023, classificada na Conta Contábil: 451.05.05 – Despesa Administração Geral - Seguros, Item Orçamentário nº 1148

– Despesas Gerais – Seguro de Dirigentes e Rubrica Orçamentária nº 2.299.000.000 – Demais Despesas Correntes, Centro de Resultado: 03.02.01 – Institucional.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto a ser contratado.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

21.1. A inexecução total ou parcial do contrato firmado pela EMGEA, pode ensejar rescisão, com as devidas consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, observados o inciso VII, dos artigos 69 e 83, ambos da Lei nº 13.303/2016.

21.2. A rescisão pode ser amigável, reduzida a termo, devendo a Contratada ser avisada previamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

21.3. Constituem motivos para rescisão unilateral dos contratos quando houver:

21.3.1. Descumprimento ou cumprimento irregular por parte da contratada das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

21.3.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, podendo, por interesse da Administração, ser admitida a fusão, cisão ou incorporação, desde que não prejudique a execução dos serviços;

21.3.3. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores hierárquicos;

21.3.4. Atraso injustificado no início dos serviços;

21.3.5. Cometimento reiterado das faltas na execução do contrato;

21.3.6. Ocorrência do caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do contrato;

21.3.7. Alteração social ou modificação da finalidade da contratada, de forma a prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas;

21.3.8. Decretação de falência ou deferimento de concordata da contratada;

21.3.9. Dissolução da sociedade;

21.3.10. Por razões do interesse público devidamente justificado nos autos.

21.4. Excetuando-se o caso previsto no subitem 21.3.6, a rescisão acarreta à contratada, além das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

21.4.1. Responsabilidade civil por eventuais prejuízos causados à contratante; e

21.4.2. Retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento dos seus débitos para com a EMGEA.

21.5. Não existindo créditos em favor da contratada ou sendo insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, a contratante deve oficializar à contratada para proceder ao recolhimento à contratante, em Banco, conta corrente e agência informados, no prazo máximo de cinco dias úteis da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual ou da diferença entre estes e os créditos retidos.

21.6. Caso a contratada não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pela contratante deve ser cobrado judicialmente.

21.7. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

22.1. Este Contrato somente poderá sofrer alterações por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar, consoantes disposições do artigo 72, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, por meio de termo aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial.

22.2. Conforme previsão do artigo 81, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, este Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

22.2.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

22.2.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei;

22.2.3. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

22.2.4. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais;

22.2.5. Quando necessária a forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

22.2.6. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

22.2.7. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais.

22.2.8. A CONTRATADA de comum acordo com a CONTRATANTE, poderão nas mesmas condições contratuais, celebrar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.2.9. As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

22.3.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

22.3.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;

22.3.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

22.3.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

23.1. É vedado à CONTRATADA:

23.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

23.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

23.1.3. A subcontratação dos serviços objeto deste Contrato:

23.1.3.1. Não será admitida a subcontratação, integral ou parcial, do objeto pela CONTRATADA.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCO

24.1. Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos à parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, o CONTRATANTE e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes desta relação e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz constante do Anexo I deste Termo de Contrato.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº

13.303, de 2016, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

26.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o §2º, do artigo 51, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, na data da sua assinatura eletrônica.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

ANEXO I DO CONTRATO

ANÁLISE DE RISCOS

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Execução de serviços por colaborador com desvios éticos	Risco de compras e contratações	<ul style="list-style-type: none"> Fraude em compras e contratações; Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. 	<ul style="list-style-type: none"> Treinamento, workshop e orientações sobre ética. Políticas, normas e procedimentos internos. Legislação vigente. Termo de Consentimento para Tratamento dos Dados Pessoais, Sigilo e Responsabilidade. 	BAIXA	MÉDIO
Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios	Risco de compras e contratações	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de novo processo licitatório. Não prestação dos serviços que seriam contratados. Penalidades e sanções administrativas 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe da Licitação. Análise do procedimento licitatório pelas unidades envolvidas da EMGEA. 	BAIXA	MÉDIO
Inobservância de normas externas	Risco de conformidade	<ul style="list-style-type: none"> Prestação de serviços em desconformidade com normas externas. Penalidades e sanções administrativas. Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. Monitoramento do ambiente regulatório. Aplicação das recomendações observadas em normas externas. 	BAIXA	BAIXO

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Inobservância de normas internas	Risco de conformidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestação de serviços em desconformidade com normas internas. ▪ Penalidades e sanções administrativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. ▪ Políticas e normas e procedimentos internos. 	BAIXA	BAIXO
Descontinuidade de prestação de serviços	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de um novo procedimento licitatório. ▪ Prestação de serviços interrompida ou não conclusão de serviços. ▪ Pagamento de multa por parte da EMGEA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumentos contratuais de aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão à contratada. ▪ Fiscais de contratos. ▪ Instrumentos contratuais prevendo a rescisão por parte da EMGEA em razão do PND. 	MÉDIA	MÉDIO
Falha na prestação de serviços	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Penalidades e sanções ▪ Roubo ou sequestro de dados pessoais. ▪ Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. ▪ Prestação dos serviços por empresa especializada. ▪ Prestação dos serviços por técnicos treinados e qualificados para a prestação dos serviços contratados. ▪ Fiscais de contratos 	BAIXA	MÉDIO
Interrupção temporária de prestação de serviços	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indisponibilidade parcial ou total da prestação dos serviços. ▪ Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. ▪ Fiscais de contratos. 	BAIXA	MÉDIO

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Prestação de serviço em desacordo com o contratado	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> Penalidades e sanções. Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. Indisponibilidade parcial ou total dos serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. Fiscais de contratos. 	BAIXA	MÉDIO
Falha de tratamento de dados pessoais pelo prestador de serviços	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> Risco de imagem à EMGEA, seus colaboradores e/ou terceiros. Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. Roubo, perda ou alteração de dados pessoais. 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos contratuais com cláusulas relativas à LGPD. Fiscais de contratos. 	BAIXA	BAIXO
Não atendimento de demandas ou atendimento intempestivo e/ou com baixa qualidade	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> Falta de prestação dos serviços contratados. Indisponibilidade parcial ou total dos serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. Prestação dos serviços por empresa especializada. Prestação dos serviços por técnicos treinados e qualificados para a prestação dos serviços contratados. 	BAIXA	MÉDIO
Uso indevido da informação	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> Risco de imagem à EMGEA, seus colaboradores e/ou terceiros. Constrangimento. Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. Trilhas de auditoria nos serviços e servidores de TI. 	MÉDIA	MÉDIO

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Apropriação indébita	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> Penalidades e sanções administrativas. Inobservância de normas. 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. Supervisão da EMGEA sobre os técnicos da Contratada. Fiscais de contratos 	BAIXA	MÉDIO
Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	Risco de terceiro	<ul style="list-style-type: none"> Risco de imagem à EMGEA, seus colaboradores e/ou terceiros. Constrangimento. Penalidades e sanções administrativas. Inobservância de normas internas. 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão. Trilhas de auditoria nos serviços e servidores de TI. Fiscais de contratos 	BAIXA	MÉDIO

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas EMGEA. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://emgea.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7644-2E1B-F190-3C9F> ou vá até o site <https://emgea.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7644-2E1B-F190-3C9F



Hash do Documento

12E266725FF4B436CC6F979B615A30373E8387D336898427189D3FED4E2C27D8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/04/2023 é(são) :

☒ MARIA BETÂNIA GONÇALVES XAVIER - ***.761.041-** em
04/04/2023 12:31 UTC-03:00

Nome no certificado: Maria Betania Goncalves Xavier

Tipo: Certificado Digital

